

Da Periferia da Europa para o Mundo

From the Periphery of Europe to the World

Cristina Montalvão Sarmiento *

University of Lisbon; Political Observatory, Portugal

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8068-4478>

Da Periferia da Europa para o Mundo

A expressão “periferia da Europa” tem sido referida a países ou regiões que, no contexto europeu, são considerados mais distantes dos centros de poder económico, político e cultural, frequentemente caracterizados por menor desenvolvimento e menos influência nas decisões europeias. Portugal é frequentemente apontado como um país periférico na Europa, devido à sua posição geográfica, à sua história e às suas características económicas. A noção de periferia é relativa e pode variar dependendo do contexto e dos critérios utilizados. Além disso, a periferia não implica necessariamente em inferioridade, mas sim em uma posição diferente dentro do sistema europeu, com características e desafios próprios.

No entanto, quando associada a uma perceção de desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países no mercado global, os conceitos de centro e de periferia na União Europeia (UE) permanecem tanto presentes como abstratos. Ao evocarmos o modelo de “centro-periferia”, Estados-membros como a Alemanha, a França ou a Itália, fariam parte do “centro”, enquanto outros – particularmente os do Sul e do Leste da Europa – seriam incluídos na “periferia”, ficando esta sujeita às decisões tomadas pelo centro.

Mais além, vingou ainda o conceito de ultraperiferia. A ultraperiferia, no contexto da União Europeia, refere-se a nove regiões que, apesar de fazerem parte de países-membros, estão localizadas em áreas geográficas muito distantes do continente europeu. Essas regiões enfrentam desafios únicos devido ao seu afastamento, insularidade e condições geográficas específicas, o que justifica um tratamento especial por parte da EU. Portugal, como estado arquipelágico, tem duas ilhas Açores e Madeira, consideradas Regiões Ultraperiféricas (RUP) da EU, o que justifica que este número da *Political Observer*, na primeira parte, destaque dois artigos sobre as ilhas Atlânticas portuguesas.

A partir da noção implementada de periferia, Portugal é um país periférico do capitalismo europeu e mundial. A sua inserção no espaço económico europeu fez-se sempre a partir de uma posição subalterna e de determinação exógena, compensada ora com a intermediação com os mercados coloniais, ora com a exploração da posição geoestratégica privilegiada do país.

No primeiro decénio deste século, a periferia da zona euro esteve na ribalta desde 2010, quando o governo grego pediu um resgate conduzido pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia (a *troika*). É uma história bem conhecida, que acabou por ser também a da Irlanda, de Portugal e de Chipre, enquanto a Eslovénia, a Espanha e a Itália continuavam em situação difícil. Desde o começo da crise da dívida soberana esta foi apresentada como uma mera soma de diferentes desempenhos macroeconómicos nacionais, em que alguns países não seriam suficientemente competitivos e alguns governos não controlariam adequadamente o défice orçamental. Esta Europa, em que vivemos, periféricamente, também vive nas nossas cabeças. A Europa é uma coisa dos outros, que se trata lá longe.

Mas estamos na Europa e no Mundo. Pelo que numa segunda parte desta revista, destacamos como as ideias, os produtos, os impactos diversos sociais, políticos e económicos afetam a realidade política em que nos movemos. As desigualdades na América Latina ou ainda a forma como se encara a prática da política e envenena o humanismo da nossa sociedade, fazem parte desta nossa realidade dinâmica e multifacetada.

E o mundo mudou recentemente. O realismo da guerra e dos genocídios, perpetrados à luz do poder nu das armas, e do poder económico dos países considerados 'centrais' do sistema mundial, tem surpreendido todos os analistas da política. O caminho percorrido, nos últimos 70 anos, de integração mundial do comércio, da procura de consensos e do esforço coletivo de travar a guerra, tem sido abalado a uma velocidade vertiginosa, por uma situação onde o normativismo dos comportamentos dos Estados, das Instituições e das pessoas está enfraquecido pela impossibilidade de previsibilidade, pela insegurança e pela dificuldade de inserir algumas sociedades no sistema político mundial. Sobre esta última dificuldade, na última parte dedicada aos ensaios, discute-se ainda as dificuldades de inserção da América Latina e no final um pequeno ensaio sobre uma tempestade solar, lembra-nos que o mundo político é também uma realidade física cuja instabilidade se faz sentir.

Por isso, a nossa capa deste número 23 da *Political Observer* que celebra a identidade como tendo muitas faces, é adequada a esta instabilidade e fluidez que se faz sentir em todos os domínios do político. Este mural em Cascais realizado em 2020 no Bairro da Torre, foi concebido e realizado pela Vanesa Galdeano e Analí Chanquía, a quem agradecemos a autorização para usar a imagem. No final, as recensões abordam autores e temas a que chamaríamos clássicos, pela sua perenidade. Por um lado, pensar com Gramsci e debater métodos continua a ser uma

premência que responde às inquirições científicas de sempre.

A Patrícia Oliveira, a nossa editora-chefe adjunta, e a Carolina Querido, a nossa assistente de direção, foram essenciais para garantir que esta edição fosse publicada em tempo e dentro do prazo. Agradecemos-lhes e a todos os autores que contribuíram para esta edição.

Julho de 2025

From the Periphery of Europe to the World

The term ‘periphery of Europe’ is used to describe countries or regions that are considered to be further away from the centers of economic, political and cultural power in the European context. These countries are often characterized by lower levels of development and less influence on European decisions. Portugal is frequently described as a peripheral European country due to its geographical location, historical background, and economic characteristics. However, the notion of peripherality is relative and can vary depending on the context and criteria used.

Furthermore, being peripheral does not necessarily imply inferiority, but rather a different position within the European system with its own characteristics and challenges.

However, in the context of the development and underdevelopment of countries in the global market, the concepts of center and periphery in the European Union (EU) remain both present and abstract. In the ‘center-periphery’ model, member states such as Germany, France and Italy would be part of the ‘center’, while others — particularly those in Southern and Eastern Europe — would be part of the ‘periphery’, subject to decisions made by the center.

Moreover, the notion of ultra-peripherality emerged as a prevailing concept. In the context of the European Union, the term ‘ultra-peripherality’ is employed to denote nine regions that, despite being part of member countries, are located in geographical areas far from the European continent. The unique challenges faced by these regions, due to their remoteness, insularity, and specific geographical conditions, justify special treatment by the EU. Portugal, as an archipelagic state, has two islands, the Azores and Madeira, which are considered Outermost Regions (ORs) of the EU. It is for this reason that this issue of Political Observer, in its first part, highlights two articles on the Portuguese Atlantic islands.

The prevailing concept of periphery serves as a foundational framework for understanding Portugal’s position within the broader context of European and global capitalism. Its integration into the European economic area has invariably been from a subordinate position and exogenous determination, compensated either by intermediation with colonial markets or by exploiting the country’s privileged geostrategic position.

Since 2010, the periphery of the eurozone has been the focus of considerable

attention, as evidenced by the request of a bailout by the Greek government, which was led by the International Monetary Fund, the European Central Bank, and the European Commission (the troika). This narrative has been well-documented, with analogous cases emerging in Ireland, Portugal, and Cyprus. In contrast, Slovenia, Spain, and Italy continue to grapple with persistent challenges. Since the onset of the sovereign debt crisis, the issue has been presented as a mere sum of different national macroeconomic performances, with some countries exhibiting insufficient competitiveness and some governments demonstrating inadequate control over their budget deficits. The contemporary European context, in which we reside, permeates our cognitive processes. The concept of Europe is often perceived as belonging to others, as if it were a phenomenon occurring in a distant realm.

However, it should be noted what is taking place in Europe and on the global stage. In the subsequent segment of this journal, we emphasize the manner in which notions, commodities, and a plethora of social, political, and economic ramifications influence the political reality in which we reside. Inequalities in Latin America, and the way politics is viewed and poisons the humanism of our society are all part of our dynamic and multifaceted reality.

It is evident that the world has undergone significant changes in recent times. The reality of war and genocide, perpetrated in the light of the naked power of arms and the economic power of countries considered 'central' to the global system, has taken political analysts unawares. The trajectory pursued over the past 70 years towards global trade integration, the quest for consensus, and collective endeavors to prevent war has been rapidly and significantly altered by a scenario in which the normality of the behavior of states, institutions, and individuals is eroded by the impracticability of predictability, insecurity, and the complexity of integrating certain societies into the global political system.

The final section of the essays addresses the challenges of integrating Latin America, while a concluding essay on solar storms serves to underscore the notion that the political realm is also a physical entity, characterized by its own inherent instability.

Therefore, the cover of this 23rd issue of Political Observer, which celebrates identity as having many faces, is appropriate for this instability and fluidity that is felt in all areas of politics. This mural in Cascais, created in 2020 in the Bairro da Torre neighborhood, was designed and executed by Vanesa Galdeano and Analí Chanquía, whom we thank for their permission to use the image. Finally, the reviews address authors and themes that we would call classic, due to their timelessness. On the one hand, thinking with Gramsci and debating methods continues to be a pressing issue that responds to the scientific questions of all time. Patrícia Oliveira, our Deputy Editor-in-Chief, and Carolina Querido, our Director Assistant, were essential to ensure that this issue was published on time. Thank you to them and to all the authors who contributed to this issue.

July 2025

About the author

CRISTINA MONTALVÃO SARMENTO Associate Professor with Aggregation at the University of Lisbon (ISCSP). She is also General Secretary of the Association of Portuguese Language Universities and Director of the Political Observatory. PhD in Political Science, specialty in Political Theory (2004) NOVA — FCSH, Postgraduate in Philosophy, FLUL (1999); Graduate in Political Science, ISCSP-UTL (1994); II Cycle in Geostrategy and International Relations, IEHEI; Nice, France (1987); Degree in History (1997) FLUL; Degree in Law (1986) FCH-UCP. A member of several Political Science Associations, she was a board member of the RC15 — IPSA and was recently elected to the board of the IAU — International Association of Universities (UNESCO).

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8068-4478>]

Sobre o autor

CRISTINA MONTALVÃO SARMENTO Professora Associada com Agregação da Universidade de Lisboa (ISCSP). É Secretária-geral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa e Diretora do Observatório Político. Doutorada em Ciência Política, especialidade de Teoria Política (2004) NOVA — FCSH, Pós-Graduada em Filosofia, FLUL (1999); Pós-Graduada em Ciência Política, ISCSP-UTL (1994); II Ciclo em Geoestratégia e Relações Internacionais, IEHEI; Nice, França (1987); Licenciada em História (1997) FLUL; Licenciada em Direito (1986) FCH-UCP. Membro de várias Associações de Ciência Política foi membro da direção do RC15 — IPSA e foi recém eleita para a direção da IAU — Associação Internacional de Universidades (UNESCO).

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8068-4478>]